

Relatório de Governança do Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático - GRSAC

Objetivo: Apresentar informações sobre a governança no gerenciamento do risco social, ambiental e climático no BANDES, em atendimento ao estabelecido no art. 3º, inciso I, e no art. 9º da Resolução BCB nº 139/2021, conforme padronização prevista na Instrução Normativa BCB nº 153/2021. Este relatório deverá ser submetido para apreciação da Diretoria Executiva e Conselho de Administração, devendo ainda ser divulgado nos termos do Art. 11, Art. 12 e Art. 14, inciso I, da Resolução BCB nº 139/2021.

Tabela GVR: Governança do gerenciamento do risco social, ambiental e do risco climático.

Descrição da governança do gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático. Deve ser descrito o papel do conselho de administração (CA), da diretoria da instituição, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO) e do comitê de riscos no processo de governança para a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação do risco social, do risco ambiental e do risco climático, conforme disposto na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

Detalhamento das informações

(a) Identificação das instâncias de governança da instituição com atribuições no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Bandes contempla políticas, diretrizes, papéis e responsabilidades com o intuito de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos aos quais a instituição esteja exposta, incluindo os riscos de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática na condução dos negócios, das atividades e dos processos, bem como na relação com as partes interessadas.

A estrutura de governança para o gerenciamento do risco social, ambiental e climático (SAC) definida atualmente para o Bandes é constituída pelo Conselho de Administração (CONAD), pela Auditoria Interna (AUDIT), pela Diretoria Executiva (DIREX), pela Gerência de Riscos e Controles Internos e *Compliance* (GERCI), pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise e concessão de crédito, pela unidade organizacional responsável pelo acompanhamento de projetos e pela Gerência Jurídica (GEJUR). Além disso, o Bandes mantém cadastro de diretor responsável pelo Gerenciamento de Riscos (CRO) e pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) junto ao Banco Central do Brasil.

(b) Descrição das responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item (a), e do relacionamento entre elas.

As atribuições e responsabilidades definidas para a governança do gerenciamento do risco social, ambiental e climática do Bandes são as seguintes:

I. Do Conselho de Administração

O CONAD é responsável pela aprovação e revisão tempestiva das políticas e relatórios de gerenciamento de riscos, inclusive os riscos SAC, integrados às demais políticas da Instituição. Além disso, o CONAD possui as atribuições de promover a disseminação interna destas políticas; de assegurar a aderência às políticas estabelecidas e às ações com vistas a sua efetividade; de assegurar o entendimento e o contínuo monitoramento dos riscos pelos diversos níveis da Instituição, garantindo a disponibilização de recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades e assegurar a correção tempestiva das deficiências identificadas.

II. Da Auditoria Interna

A AUDIT deve realizar periodicamente a avaliação dos processos relativos ao estabelecimento da PRSAC e da implementação de ações com vistas à sua efetividade.

III. Da Diretoria Executiva

A DIREX possui as atribuições de propor recomendações ao CONAD sobre o estabelecimento e a revisão das políticas de gerenciamento de riscos e sobre a responsabilidade SAC; de avaliar permanentemente o cumprimento e o grau de aderência das políticas sobre o gerenciamento de riscos e da responsabilidade SAC, mantendo registro das recomendações; além de conduzir suas atividades em conformidade com a PRSAC e com as ações implementadas com vistas à sua efetividade.

IV. Do Diretor Responsável pelo Gerenciamento de Riscos

O CRO é responsável pela gestão integrada de riscos, controles internos, conformidade e integridade; pela estrutura e adequada capacitação dos integrantes da unidade de gerenciamento de riscos; por encaminhar relatórios periódicos referentes às atividades desenvolvidas no gerenciamento dos riscos, submetendo-os à DIREX, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria, conforme o caso; disseminar a cultura de gestão de riscos, controles internos, conformidade e integridade, propondo recomendações sobre o estabelecimento ou revisão das políticas e normas internas de gerenciamento de riscos, quando necessário.

V. Do Diretor Responsável pela PRSAC

O diretor responsável pela PRSAC é responsável por prestar subsídio e participar no processo de tomada de decisões relacionadas ao estabelecimento e à revisão da PRSAC auxiliando o CONAD; por implementar ações com vistas à efetividade da PRSAC; por monitorar e avaliar as ações implementadas; e por divulgar tempestiva e adequadamente as informações legalmente exigidas, referente à PRSAC e às ações implementadas com vistas à efetividade da PRSAC, bem como os critérios para a sua avaliação.

VI. Da Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance*

A GERCI é responsável por identificar, avaliar, monitorar e reportar os riscos com emprego de metodologias adequadas às melhores práticas de mercado, em consonância com os limites estabelecidos nas normas internas sobre riscos e nas metas definidas pela Administração; por avaliar e relatar atividades e condutas que possam ocasionar riscos à instituição; e por auxiliar a Administração na proposição de normas internas, modelos, relatórios e documentos sobre o tema responsabilidade SAC e a implementação de ações com vistas à sua efetividade.

VII. Das Unidades Operacionais

Conduzir suas atividades em conformidade com as políticas e normas internas do Bandes, inclusive sobre o tema social, ambiental e climático e com as ações implementadas com vistas à sua efetividade, bem como elaborar e manter atualizados os procedimentos operacionais contemplando as ações relativas às verificações e avaliações das questões sociais, ambientais e climáticas.

VIII. Da Gerência Jurídica

Destaca-se a responsabilidade de analisar as cláusulas sociais, ambientais e climáticas das linhas e instrumentos de financiamento, bem como dos contratos de prestação de serviços por terceiros e de parcerias.

(c) Processo e frequência de recebimento, pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria, de informações relativas ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, tendo em vista o descrito no item (b).

O reporte sobre os processos de gerenciamento de riscos é feito por intermédio de relatórios produzidos pela GERCI, com periodicidade mensal, semestral ou anual, os quais são submetidos à análise e deliberação da DIREX e do CONAD, além de serem reportados para conhecimento da AUDIT, Comitê de Auditoria e demais unidades organizacionais, conforme o caso.

Especificamente em relação aos riscos SAC, atualmente a GERCI elabora e submete à DIREX e ao CONAD relatório anual com o objetivo de apresentar a Alta Administração a estrutura de governança responsável pela implementação e gerenciamento das atividades relacionadas aos riscos de natureza social, ambiental e climáticos, bem como as ações e os resultados dos procedimentos e dos controles internos implementados visando o atendimento às normas e políticas vigentes.

(d) Descrição dos critérios utilizados pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria para assegurar a consideração do risco social, do risco ambiental e do risco climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão:

- dos níveis de apetite por riscos da instituição;
- das políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital;
- do programa de testes de estresse;
- das políticas para a gestão de continuidade de negócios;
- do plano de contingência de liquidez;
- do plano de capital e do plano de contingência de capital; e
- da política de remuneração.

O Bandes possui estrutura formal de Instrumentos de Governança Corporativa (IGC) para classificar e organizar as normas internas, que irão nortear os limites de atuação, conduta, alçadas, processos, atividades, contingências, responsabilidades e atribuições de seus gestores e colaboradores, no gerenciamento de riscos e no atendimento de demandas legais, organizacionais ou melhoria de processos. Estes instrumentos são classificados em níveis estratégico, tático e operacional, sendo deliberados e aprovados pelas alçadas compatíveis com o objetivo, a aplicabilidade e o nível de risco de cada instrumento normativo ou organizacional.

Os critérios para consideração dos riscos SAC em normas internas, bem como a implementação de ações com vistas a efetividade do gerenciamento de tais riscos, são proporcionais ao modelo de negócio, à natureza das operações e à complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição, bem como adequadas à dimensão e à relevância da exposição ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático para instituição enquadrada no segmento S4.

(e) Formas de monitoramento pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria dos objetivos estratégicos e, se aplicável, das metas da instituição relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos.

O monitoramento ocorre por diferentes mecanismos de controle, dentre eles, destaca-se a constante revisão e o aprimoramento do arcabouço normativo interno do Bandes, que são a base para que as funções sejam desempenhadas em conformidade com a legislação aplicável e com as diretrizes da Instituição, bem como, os relatórios tempestivamente emitidos pela GERCI para a alta administração.

Destaca-se ainda o acompanhamento e reporte, pela unidade de planejamento, do desempenho das metas institucionais e das ações e objetivos estratégicos institucionalizados.

Data Base: 31/12/2022.